

Presidente prepara novas medidas visando o Congresso constituinte

GILBERTO DIMENSTEIN

Secretário de Redação do Sucursal de Brasília

Lançado o plano de estabilização econômica, o presidente José Sarney, 55, começa a preparar novas medidas que agilizem a máquina administrativa e facilitem a distribuição de renda no país. Por trás destas medidas, Sarney elabora silenciosamente uma estratégia para o Congresso constituinte —até lá, ele espera ter concluído o que classifica de “reformas básicas”. O presidente confidenciou a pelo menos dois ministros que o governo deveria acertar temas fundamentais —as funções do Estado e da propriedade privada— antes que os parlamentares se reúnam para elaborar uma nova Constituição.

“O país já está assistindo a uma Constituinte econômica”, disse o chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, 45. A estratégia, na verdade, começou a surgir quando o presidente eleito Tancredo Neves ainda estava em São Paulo, no Hospital do Coração. Numa conversa com um parlamentar, Sarney disse que os deputados não poderiam ir ao Congresso constituinte sem “acertos preliminares”. Quando a altas dos preços favoreciam gradativamente a radicalização do processo político, Sarney mostrou-se, em várias conversas, preocupado que a exaltação provocasse o que chamava de “posições

radicais”. Ou seja, comprometer o direito de propriedade, seja através de retrições diretas, seja por meio de medidas “excessivamente distributivistas”.

Plano

Decretado o plano, a estratégia começou a entrar em ação. “A próxima etapa será a distribuição de renda”, dizia o ministro Maciel. “Não tem sentido combater a inflação sem elevar as taxas de melhoria da população”, acrescentava. Previa-se àquela altura que, em breve, o plano perderia seu lado “emocional” —os assalariados fariam novas exigências. Desde então, Funaro, Maciel e Sarney discutiram, separadamente, em conversas formais e informais, um cronograma de medidas que seriam lançadas em tempo indeterminado, cujo limite, porém, seria o Congresso constituinte.

Já no próximo mês, o presidente deverá anunciar um “pacote administrativo” —técnicos da Sepplan, com subsídios do Ministério da Administração, fazem um levantamento dos órgãos considerados “desnecessários” para serem extintos, estuda-se também a fusão de departamentos que atuem numa mesma função. Pretende-se, conforme diz Sarney, a diminuição do Estado. “Quanto menos Estado, mais cidadão”, acredita Marco Maciel. Trata-se da chamada visão “liberal” do Estado. O ministro

acha que, exceto em alguns setores “vitais”, o Estado deve-se voltar às “atividades sociais”. Faz parte, portanto, da estratégia, acelerar o ritmo de privatização das empresas estatais.

Cronogramas

As medidas seriam lançadas isoladamente, num cronograma supostamente calculado. O presidente Sarney, segundo Funaro, deverá criar uma nova política habitacional —com isso, espera-se uma maior geração de empregos e de casas. O Banco Nacional de Econômico e Social (BNDES) incentivaria as pequenas e médias empresas. O governo aceleraria planos regionais de reforma agrária, ao mesmo tempo em que, através do Banco do Brasil, facilitaria a produção de alimentos básicos —fixa-se o homem no campo, aumenta-se a quantidades de grãos, barateando o custo da alimentação.

A estas medidas seriam acopladas, segundo Maciel, mais recursos aos programas de auxílio às gestantes e de distribuição de leite aos carentes —programas considerados ainda “frágeis” pelo presidente José Sarney. Confia-se, evidentemente, que o plano de estabilização seja um sucesso. Do contrário, a inflação impediria qualquer iniciativa que produzisse, segundo acredita Sarney, uma “efetiva” distribuição de renda.